

**CONSTRUÇÃO DE LETRAMENTOS ACADÊMICOS  
NAS TRAJETÓRIAS DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO  
SUPERIOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

*Gilson Borges de Souza* (UENF)

[gilsonborgesdesouzauenf@gmail.com](mailto:gilsonborgesdesouzauenf@gmail.com)

*Ana Paula Borges de Souza* (UENF)

[anapaulaborgesuenf@gmail.com](mailto:anapaulaborgesuenf@gmail.com)

*Rodrigo Amil* (UENF)

[rodrigoamiluenf@gmail.com](mailto:rodrigoamiluenf@gmail.com)

*Fernanda Castro Manhães* (UENF)

[castromanhaes@gmail.com](mailto:castromanhaes@gmail.com)

**RESUMO**

Abordamos a educação de surdos pensando o binômio inclusão versus exclusão na esfera social, tendo como principal enfoque o ensino superior. A construção de letramentos acadêmicos se relaciona à apropriação de efeitos que reverberam na construção de uma cultura e identidade acadêmica, típicas do contexto. Os letramentos são sociais e dependem das diferentes experiências prévias trilhadas pelos estudantes. A língua brasileira de sinais foi oficializada como a língua de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira em 2002, contudo, até os dias atuais é possível vislumbrar a exclusão vivenciada pelos estudantes surdos, expressa pela falta de acessibilidade linguística. Produzimos uma pesquisa de natureza qualitativa com a utilização da revisão bibliográfica para enfocar os desafios vivenciados por estudantes surdos no ensino superior. Apresentamos os principais desafios e apontamos algumas possibilidades por meio das quais professores e instituições podem se tornar mais inclusivas. Os trabalhos levantados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo e enfocam que a exclusão de estudantes surdos deste ambiente social é fruto de uma exclusão anterior, na escolarização básica. Mesmo com a ‘Lei de Cotas’, os surdos ainda são minorias nos bancos universitários. Somado a isso ressaltamos a presença de gêneros acadêmicos predominantemente escritos em língua portuguesa, segunda língua dos estudantes surdos, com poucas oportunidades e precedentes para uma reformulação dos gêneros acadêmicos a partir da Libras. Indicamos a importância de intensos debates entre a comunidade surda e a comunidade acadêmica, tendo em vista o desenvolvimento e apropriação de letramentos acadêmicos mais democráticos e inclusivos.

**Palavras-chave:**

Ensino Superior. Letramentos acadêmicos. Educação de surdos.

**ABSTRACT**

We approach deaf education thinking the binomial inclusion versus exclusion in the social sphere, with the main focus on higher education. The construction of academic literacies is related to the appropriation of effects that reverberate in the construction of an academic culture and identity, typical of the context. Literacies are social and depend on the different previous experiences students have. The Brazilian sign language

was officialized as the language of communication and expression of the Brazilian deaf community in 2002, however, until today it is possible to glimpse the exclusion experienced by deaf students, expressed by the lack of linguistic accessibility. We produced a qualitative research with the use of literature review to focus on the challenges experienced by deaf students in higher education. We present the main challenges and point out some possibilities through which teachers and institutions can become more inclusive. The studies were analyzed using Content Analysis and focus on the fact that the exclusion of deaf students from this social environment is the result of a previous exclusion, in basic education. Even with the 'Quotas Law', the deaf are still a minority on university campuses. Added to this, we emphasize the presence of academic genres predominantly written in Portuguese, the second language of deaf students, with few opportunities and precedents for a reformulation of academic genres from Libras. We indicate the importance of intense debates between the deaf community and the academic community, with a view to the development and appropriation of more democratic and inclusive academic literacies.

**Keywords:**

**Academic letraments. Deaf education. Higher Education.**

## **1. Introdução**

Abordamos neste texto a educação de surdos no ensino superior a partir da perspectiva de Letramentos Acadêmicos. Estamos considerando que a educação de surdos está envolta em um binômio que expressa a relação entre a exclusão e a inclusão. A surdez é historicamente entendida como uma incapacidade, fruto do viés clínico-terapêutico que predomina em nossa sociedade. Para que a inclusão do surdo seja reconhecida de fato é preciso que o pensamento avance de uma ideia capacitista para o verdadeiro reconhecimento das diferenças, sobretudo linguísticas, no caso dos surdos que têm a Libras como primeira língua.

Nosso enfoque aqui é o ensino superior e estamos utilizando a perspectiva dos letramentos acadêmicos para compreender que os gêneros com os quais lidamos nesta esfera partem de uma apropriação que é construída socialmente e a partir das experiências anteriores dos estudantes. Por fim, realizamos uma pesquisa de natureza qualitativa e cunho bibliográfico que buscou investigar os desafios e as possibilidades na apropriação de letramentos acadêmicos de estudantes surdos no ensino superior.

Nossa questão de pesquisa parte da compreensão acerca de quais são os principais desafios enfrentados pelos alunos surdos no Ensino Superior, face à democratização da universidade e a apropriação de Letramentos Acadêmicos no cenário atual. Essa questão é respondida a partir dos seguintes objetivos específicos: i) abordar a relação entre exclusão e inclusão na educação superior de surdos; ii) levantar bibliografias

publicizadas nos últimos cinco anos que enfoquem a temática, construindo categorias analíticas; e iii) debater os desafios e oportunidades enfocadas pelos trabalhos analisados traçando subsídios para uma educação de surdos mais inclusiva e democrática.

Como é sabido a Língua Brasileira de Sinais, a Libras foi reconhecida em 2002 e, a partir desse reconhecimento há uma série de dispositivos que orientam a educação de surdos em nosso país, seja com a regulamentação da profissão do intérprete de Libras, seja com a educação bilíngue passando a figurar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A partir da educação bilíngue, a Libras deve ser ensinada nas escolas como a primeira língua da comunidade surda, enquanto a língua portuguesa figura como a segunda língua. Contudo, o que temos visto é a exclusão linguística dos estudantes surdos que têm seus direitos suplantados com a falta de acessibilidade linguística.

Por sua vez, os letramentos acadêmicos surgem em 1998 com a pesquisa de Lea e Street que investigaram por que havia tantas reclamações acerca do desempenho na escrita dos novos ingressantes no ensino superior do Reino Unido. Esses autores ressaltam que na esfera acadêmica a escrita alcança centralidade, principalmente como fator de avaliação de desempenho. Assim, os autores passaram a debater também a ideia das práticas institucionais do mistério já que as instituições e professores acreditam que determinados conhecimentos e habilidades já deveriam ser suficientemente dominados pelos estudantes.

Contudo, como já abordamos, é preciso um processo de apropriação que não se constrói previamente. Assim, pensamos na seguinte indagação que problematiza a relação entre a educação de surdos e a apropriação dos letramentos acadêmicos: “O que fazer quando o sujeito no Ensino Superior tem como primeira outra língua diferente da língua portuguesa como a maioria dos brasileiros?”. Organizamos nossa exposição abordando a educação de surdos no ensino superior, após, apresentamos a perspectiva de letramentos acadêmicos e em seguida debatemos alguns efeitos da relação entre ambos os elementos.

## **2. Surdez e a educação de surdos no ensino superior**

A Comunidade Surda vem construindo um histórico de lutas em nosso país, com medidas ratificadas em lei a partir dos anos 2000. A oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua de

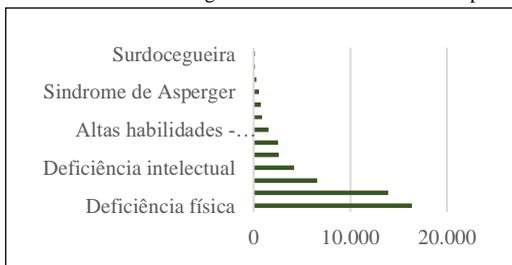
expressão e instrução de surdos (Cf. BRASIL, 2002; 2005) requer que as propostas educativas sejam mediadas nesta língua. A Libras é uma forma de comunicação baseada no estímulo do canal visual-espacial, ao contrário das línguas orais, baseadas no estímulo oral-auditivo.

O reconhecimento da função de tradução e interpretação de Libras-língua portuguesa como profissão e a determinação de que a educação a estudantes surdos seja oferecida por meio do bilinguismo, com o ensino de Libras como a primeira língua e a língua portuguesa como segunda língua (Cf. BRASIL, 2010; 2015), proporcionaram valorização das demandas da Comunidade Surda, sobretudo em relação ao direito linguístico nos espaços escolares. O ensino de Libras, como L1, e língua portuguesa, como L2, favorecem a construção da identidade surda e uma maior integração no ‘mundo ouvinte’, possibilitando um contato mais embasado com a L2.

Recentemente a educação bilíngue passou a integrar também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nesta lei, duas medidas nos saltam aos olhos, mais especificamente. Em primeiro lugar a determinação de que “a oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida” (BRASIL, 1996, Art. 60-A, § 2º) e “(...) os sistemas de ensino assegurarão (...) materiais didáticos e professores bilíngues com formação e especialização adequadas, em nível superior” (BRASIL, 1996, Art. 60-B). Ou seja, em tese, o dispositivo passa a se preocupar ainda mais com as necessidades da Comunidade Surda, com garantia ao uso de sua língua desde o nascimento e, principalmente, no Ensino Superior.

O gráfico apresentado a seguir mostra, conforme o Censo da Educação Superior divulgado em 2019 a presença de estudantes com alguma deficiência nesta esfera. Como é possível visualizar, os estudantes que mais adentram no ensino superior são aqueles com deficiência física, seguidos dos estudantes com baixa visão. Sabemos que nem todas as pessoas se identificam no recorte cultural como surdos, então é complexo afirmar quantas pessoas com algum déficit auditivo são usuárias da Libras em sua comunicação. Por isso esse gráfico traz estudantes que se identificam como deficientes auditivos, surdos e com surdocegueira.

Gráfico 1: Matrículas de alunos com alguma deficiência no Ensino Superior em 2019.



Fonte: Censo da Educação Superior (2019).

Em alguma medida, essa inserção é proveniente, também, dos cursos superiores em Letras-Libras. A primeira licenciatura voltada para estudantes surdos foi criada na UFSC em 2006 (Cf. QUADROS, 2004). Contudo, alguns estudos já apontam que a criação destes cursos, tratados em seus Projetos Político Pedagógicos como oportunidades para a criação e socialização de produção científica em Libras, não o fazem como deveriam, uma vez que os trabalhos de conclusão desses cursos, por exemplo, são em língua portuguesa escrita (Cf. LOPES, 2018).

Por essa razão, consideramos importante a formulação de materiais e abordagens pedagógicas com enfoque na Comunidade Surda. Essas abordagens devem levar em consideração o aspecto da visualidade, entendida como uma forma de expressão e significação do mundo (SANSÃO; CRUZ-SANTOS, 2020), de modo a valorizar as experiências visuais proporcionadas aos estudantes surdos. Campello (2008) ressalta, inclusive, a importância da visualidade em sala de aula como uma forma de combate à dicotomia ouvinte x surdo, com a imposição de pedagogias voltadas excepcionalmente ao oralismo:

Esse é um processo para a escolarização de Surdos, adotando a prática dos aspectos da visualidade na educação de Surdos. Esse passo vem firmar a importância do uso visual na escolarização dos Surdos. A pedagogia visual, no meu entender, não pode ser deixada e ignorada, já que o valor da língua de sinais vai ganhando, gradativamente, o seu espaço visual. A língua de sinais por meio de “experiência visual” tem derrubado a crença centralista e oralista, que era um instrumento de serviço da língua distinta da língua de sinais. É um processo político e de movimento social que precisam ser identificados como um todo. (CAMPELLO, 2008, p. 84)

De acordo com essa autora, toda a escolarização do surdo deve ser pautada na visualidade e no Ensino Superior não seria diferente. Por essa razão, entendemos que a perspectiva dos Letramentos Acadêmicos pode contribuir satisfatoriamente para a inclusão do aluno surdo no Ensino

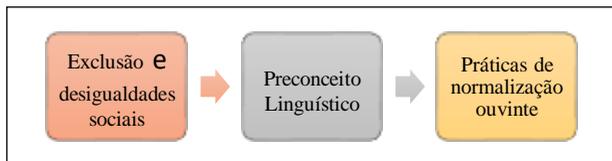
Superior, entendendo que os estudantes surdos precisam ser considerados como indivíduos, incluídos em práticas sociais democráticas, discursivas e que estimulem relações dialógicas e polifônicas (Cf. BAKHTIN, 1997). Nesta esteira, acreditamos que a articulação entre a linguagem envolvida na educação dos surdos, a neurociência e a cognição podem representar melhora nos processos de ensino e aprendizagem da Comunidade Surda no Ensino Superior, bem como, motivar abordagens pedagógicas pautadas na visualidade.

Essa articulação tem sido promovida por alguns estudos que consideram a importância de se alinhar a forma como o cérebro humano aprende a diferentes níveis da escolarização (BERTOQUE, 2018). Assim, principalmente na formação de professores, os diferentes processos pelos quais passamos, quando envolvidos em situações e práticas sociais, devem considerar abordagens mais voltadas à determinados públicos, como as experiências com estudantes surdos.

### 3. Metodologia de Pesquisa

Abordando mais especificamente nossa metodologia de investigação, situamos que desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica que enfoca os desafios e oportunidades vivenciados por estudantes surdos no ensino superior brasileiro. Utilizamos a análise de conteúdo de Bardin (1977), destacando que a exclusão que os alunos surdos enfrentam na educação superior nada mais é que uma consequência de uma exclusão vivida ao longo de sua trajetória escolar anterior. Finalmente, os trabalhos analisados nos possibilitaram a criação de três categorias: exclusão e desigualdades sociais, preconceito linguístico e práticas de normalização ouvinte. Essas categorias mostram que as pessoas surdas são apenas alvo de exclusão, mas são também levadas à normalização à uma maioria ouvinte e usuária da língua portuguesa em nosso país, o que nos leva ao preconceito linguístico.

Figura 1: Categorias.



Fonte: Elaboração Própria.

Nossa pesquisa pode ser considerada como uma pesquisa-ação, com intervenção, por meio de material a ser produzido por nós, com base nas observações das aulas realizadas. A pesquisa-ação é uma “metodologia para intervenção, desenvolvimento e mudança no âmbito de grupos, organizações e comunidades” (GIL, 2010, p. 42). Durante a pesquisa-ação o pesquisador não adquire uma postura passiva, mas sim, busca interferir no ambiente e fatores preponderantes à atuação humana, em face de suas constatações e necessidades sociais. Além disso, a comunidade pesquisada é envolvida, ocasionando em benefícios que retornam aos participantes, que balizaram a pesquisa (Cf. GIL, 2010). A partir da pesquisa bibliográfica, buscamos traçar estratégias e caminhos para que a comunidade surda seja cada vez mais atuante na Educação Superior.

#### **4. *Letramentos Acadêmicos e a Educação de Surdos: pressupostos básicos***

A perspectiva dos Letramentos Acadêmicos deriva de um movimento de pesquisas denominado como Novos Estudos do Letramento ou *New Literacy Studies*, que propuseram novas problematizações em relação a forma como as pessoas interagem em diferentes práticas sociais, levando em consideração as relações de poder e os aspectos ideológicos. Os letramentos acadêmicos passam a ser alvo de investigações no Reino Unido quando estudantes considerados como não-tradicionais adentram no Ensino Superior. A pouca familiaridade com as demandas deste ambiente, visto como ‘novo’, se transforma em reclamações sobre o desempenho de estudantes, chamados de deficitários (Cf. LEA; STREET, 1998; LILLIS; SCOTT, 2007).

As investigações de autores como Mary Lea e Brian Street demonstraram dois modelos predominantes neste nível de ensino: modelo de habilidades e modelo de socialização, indicando que ambos não auxiliavam a um esclarecimento suficiente às demandas para que os estudantes pudessem cumprir, propondo o modelo de letramentos acadêmicos (Cf. LEA; STREET, 1998). Em suma, a avaliação no Ensino Superior é predominantemente voltada para textos escritos (Cf. LILLIS; SCOTT, 2007), o que pode dificultar o desempenho dos estudantes surdos, uma vez que a língua portuguesa é sua segunda língua. Assim, amparados na visão social dos letramentos e estimulados pelas investigações etnográficas, comuns nesta perspectiva, propomos novos aportes para a educação de surdos no país.

A perspectiva de Letramentos Acadêmicos considera as atividades

desenvolvidas no Ensino Superior como práticas sociais, situadas em relações de poder (Cf. LEA; STREET, 1998) e também fortemente atreladas às identidades daqueles que desenvolvem essas práticas (Cf. STREET, 2010). As práticas de letramento são entendidas como ações situadas em contextos históricos e sociais derivadas de ações específicas, nas quais a relação com o letramento não só é observável, como também nos permite entender como as pessoas agem e reagem, promovendo sentidos, em interação (Cf. BARTON, 1994). Ou seja, a perspectiva de letramentos acadêmicos nos auxilia ao entendimento de que as atividades desenvolvidas com os alunos surdos no Ensino Superior não são neutras, mas sim, comunicam determinado ethos dominante neste espaço social. Adicionamos ainda, que a neurociência nos auxilia a intensificar as abordagens teórico-metodológicas de ensino e aprendizagem, por meio do entendimento de como o cérebro humano funciona, bem como, a busca por estratégias que intensifiquem a aprendizagem.

A perspectiva de Letramentos Acadêmicos tem alertado, por meio de pesquisas que debatem a importância de esclarecimentos suficientes sobre o fenômeno denominado Práticas Institucionais do Mistério (Cf. LILLIS, 1999) sobre a importância de se clarificar as expectativas quanto às produções de estudantes no Ensino Superior. A problemática defende que leitura e escrita não são atividades facilmente transferíveis entre um contexto social e outro, implicando a identificação das normas e regras que regem cada contexto. Passamos a entender que a questão é ainda mais sensível quando se trata de estudantes surdos no Ensino Superior.

Pesquisadores como Quadros (1997); Rodrigues (2018); Silva; Kumada; Amado (2018) apontam que a escolarização dos surdos em nosso país vem sendo realizada de uma forma acidentada e não orientada pela perspectiva bilíngue, conforme indicam as legislações atuais comentadas anteriormente. Ao contrário disto, é comum que o estudante surdo adentre no Ensino Superior sem um domínio mínimo de ambas as línguas: Libras e língua portuguesa, passando, em muitos casos, a aprendê-las em concomitância ao longo do curso e em contato com os intérpretes de Libras-língua portuguesa. Então, esses alunos são estimulados a produzirem textos de cunho avaliativo em língua portuguesa e a se expressarem, quando isso ocorre, apenas por meio da mediação dos profissionais de interpretação.

Entendemos que esse representa um grave problema para que os alunos surdos se desenvolvam academicamente, uma vez que eles são expostos a materiais produzidos por e para ouvintes, sem que estratégias para

um melhor aprendizado, em face de suas necessidades sejam traçadas. Rodrigues (2018) mostra que, em decorrência da falta na consideração das implicações deste modelo de ensino para os alunos surdos, o melhor para esses estudantes é que eles não tenham contato com estudantes ouvintes, em turmas compostas apenas por estudantes surdos. Ao comparar as duas composições, esse autor ressalta que nas aulas em que os surdos deveriam estudar juntamente aos ouvintes, estes se sentiram isolados. Em contraposição, nas turmas formadas apenas por surdos, até a disposição das carteiras, em semicírculo, bem como as estratégias lançadas pelos professores, estimulavam a interação por meio da visualidade.

Conforme o fragmento a seguir, Silva, Kumada e Amado (2018) destacam a necessidade da criação de políticas públicas que contemplem as línguas minoritárias como a Libras. Isso implica maior esforço de capital humano envolvido na tomada de decisões sobre as estratégias delineadas. À Libras deve ser aberto o mesmo espaço que a língua portuguesa representa nas escolas de nível básico. Além disso, o contato com outros surdos, estimulando a identidade surda, com o oferecimento de produções e materiais em Libras, favorece contatos mais formais com a língua:

Apesar dos avanços na área, quando se discute políticas públicas em relação às línguas minoritárias, há que se considerar a necessidade de regras, leis, planejamentos mais específicos com o intuito de formar professores para o ensino de surdos, mas também em relação à necessidade de maior número de contratações de intérpretes e professores surdos para atuarem nas escolas inclusivas, bem como a determinação da inserção do ensino de Libras aos alunos surdos na grade curricular, de forma semelhante ao que já existe em relação ao ensino de língua portuguesa (Língua Materna) para alunos ouvintes. É preciso, também, pensar em política correlata para alunos surdos: eles também precisam conhecer, via escola, sua língua de modo mais formal, vinculado aos textos científicos veiculados pela escola. Essa é uma forma de construção de política mais assertiva em relação às minorias a fim de que a escola tenha, de fato, um projeto para os alunos surdos. (SILVA; KUMADA; AMADO, 2018, p. 284-85)

Apesar de ainda incipiente, há um movimento de pesquisas que têm promovido a construção de glossários de sinais termo em Libras-língua portuguesa, em áreas específicas para estudantes surdos no Ensino Superior. Esse é o caso de Gomes (2018), nos cursos de áreas como Fotografia, Design e Animação; Friedrich (2019) na área de Administração de Empresas; e Alfaia (2019) na área de Economia, por exemplo. Essas três pesquisas destacam a importância da valorização da Libras por meio da criação e livre disponibilização de glossários, trabalho que não pode ser realizado sem a participação efetiva da Comunidade Surda em todos os processos desta construção.

De acordo com Alfaia (2019) esses glossários permitem o reconhecimento da Comunidade Surda e sua legítima inserção social. Em muitos casos, os surdos são alijados dos processos de debate e construção de conhecimentos porque determinados conceitos não são suficientemente definidos em sua língua. Como exemplo, essa autora cita o termo ‘bolsa de valores’, utilizado em Economia e traduzido no cotidiano de interpretação aos alunos surdos apenas como ‘bolsa de dinheiro’. A falta de sinais ou a tradução ineficiente faz com que o surdo não construa referenciais sólidos sobre os assuntos contemplados, implicando, inclusive, em sua evasão.

As pesquisas que buscam uma articulação entre a neurociência e a linguística vem mostrando grandes contribuições sobre como o cérebro humano aprende em cada fase do desenvolvimento humano. Ao abordar a importância dessa articulação entre dois campos do saber: Educação e Saúde, Bertoque (2018) salienta que a experiência, aplicada em aulas de língua portuguesa contribuiu para que relações entre o conteúdo a ser aprendido e o esforço cognitivo realizado para essa aprendizagem ocorresse. Ao entender a importância da linguagem para as interações humanas, o texto defende que:

A linguagem é um processo de interação social e, como parte da identidade humana, é um fenômeno altamente complexo, que requer um estudo interdisciplinar. Por isso, ressaltamos a importância de relacionar a Ciência da Linguagem, especificamente a Linguística Funcional, com a Neurociência e a Cognição, para compreender como o cérebro aprende, o que é linguagem e como ela é processada no cérebro e nas interações sociais, a fim de propor procedimentos, usar suportes de linguagem e gêneros discursivos que promovam a associação das informações, objetivando um aprendizado mais significativo sociocognitivamente. (BERTOQUE, 2018, p. 27)

Corroborando com este entendimento, Lima-Hernandes *et al.* (2020) lembram que a linguagem, antes de ser algo externo, direcionada a alguém, é formada na mente. De acordo com a forma como a comunicação é expressa, a mensagem pode ou não ser compreendida pelo receptor. Diferentes elementos podem influenciar a produção de sentidos envolta nessa relação como a cultura, os valores, as crenças, as ideologias, as relações de poder e uma diversa gama de elementos que favorecem ou dificultam a interação. No caso de alunos surdos que se comunicam por Libras, quando a mensagem não é suficientemente direcionada a eles em sua língua, por exemplo, é provável que ‘ruídos’ sejam percebidos na atividade interativa.

Materiais multimodais como os infográficos são ressaltados por Correa, Gomes e Ribeiro (2017), não apenas no aspecto educativo, mas também no aspecto social de inclusão do surdo. Para esses autores, a

produção de infográficos poderia se relacionar a vídeos que traduzissem conteúdos à usuários surdos, acessados por QR-Code. Este código poderia direcionar interessados surdos a um aprofundamento de informações divulgadas em vídeos em Libras, tendo em vista a inclusão tecnológica das pessoas surdas em nossa sociedade. Conforme apontam, apenas a presença de infográficos, que já sumarizam informações, não seria o suficiente para que o potencial viso-espacial de surdos fosse aproveitado. O estudo demonstra que a presença do português, em um infográfico analisado, proporciona uma diminuição na compreensão da mensagem, em relação ao conteúdo não verbal exposto. É preciso que diferentes recursos sejam analisados, tendo em vista a melhoria do ensino voltado aos estudantes surdos.

### **5. Considerações finais**

Para finalizar estabelecemos algumas considerações: a lei de cotas publicada em 2012 parece ter repercutido pouco na inclusão de surdos no ensino superior, já que eles permanecem como uma minoria neste ambiente social. Na educação superior os gêneros produzidos e por meio dos quais os alunos são avaliados são predominantemente escritos em língua portuguesa, algo que também provoca a marginalização e a exclusão desses estudantes que não tem essa como sua primeira língua, mas sim a Libras. Entendemos que o fato requer uma reformulação dos currículos na direção de um ensino mais democrático e inclusivo.

Por fim, acreditamos na importância de intensos debates entre a comunidade surda e a comunidade acadêmica, tendo em vista o desenvolvimento e apropriação de letramentos acadêmicos mais democráticos e inclusivos.

As três categorias levantadas ao longo de nossa investigação desnudam processos de exclusão históricos e que precisam de mudanças sagazes. O preconceito em relação ao uso da Libras como a língua da comunidade surda e a normalização ao ‘mundo ouvinte’, como se a única língua permitida e possível fosse a língua portuguesa ainda afastam os estudantes surdos dos bancos universitários. Por isso, é imprescindível pensar em maneiras para que as universidades sejam mais inclusivas fazendo com que o diálogo com as diferenças se amplie cada vez mais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFAIA, A. C. *O tradutor intérprete de Libras/Português (TILSP) como pesquisador orgânico da terminologia: proposta de glossário de sinais-termo da economia*. Dissertação (Metrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019. 149p.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara Vieira. São Paulo: Hucitec, 12. ed. 1997 [1929].

BARTON, D. *Literacy: An Introduction to the Ecology of Written Language*. London: Blackwell, 1994.

BERTOQUE, L. A. D. P. Linguagem, neurociência e cognição: ampliando os fundamentos para o planejamento de aulas de língua portuguesa. *Polifonia*, v. 25, n. 38.1, p. 193-388, Cuiabá-MT, 2018.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 05 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. *Lei 10.436 de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 27 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato\\_2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato_2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1). Acesso em: 06 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010*. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm). Acesso em 11/12/2020.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 06 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. *Censo da Educação Superior 2019*. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2020/Apresentacao\\_Censo\\_da\\_Educacao\\_Superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf). Acesso em: 02 ago. 2021.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. *Aspectos da visualidade na educação de surdos*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91182>. Acesso em: 04 set. 2021. 125f.

CARVALHO, A. C. G. de. Multimodalidade. CAZDEN, C. *et al.* *Uma pedagogia dos multiletramentos*. Desenhando futuros sociais. In: RIBEIRO, A.E.; CORRÊA, H.T. Trad. de Adriana Alves Pinto *et al.*). Belo Horizonte: LED, 2021.

CORREA, Y.; GOMES, R. P.; RIBEIRO, V. G. Infografia e acessibilidade para o público surdo. *HFD*, v. 6, n. 12, p. 28-45. 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/hfd/article/view/2316796306122017028/8142>. Acesso em: 02 ago. 2021.

FREITAS, D. A.; EULÁLIO, W. E. S. Os surdos e o ensino superior no Brasil: uma reflexão. *Revista Eletrônica Nacional de Educação Física*, v. 10, n. 15, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/renef/article/view/2621/2782#:~:text=O%20pa%C3%ADs%20tinha%2C%20em%202016,%2C52%25%20do%20total>. Acesso em: 02 ago. 2021.

FRIEDRICH, M. A. *Glossário em Libras: uma Proposta de Terminologia Pedagógica (Português-Libras) no Curso de Administração da UFPel*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2019. 263p.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, B. A. Pesquisa e desenvolvimento de glossário de sinais em Libras para termos técnicos das áreas de Fotografia, Animação e Design Gráfico. Sánchez, J. Editor. *Nuevas Ideas en Informática Educativa*, v. 14, p. 121-25. Santiago de Chile, 2018.

LEA, M. R.; STREET, B. V. Student Writing in Higher Education: an academic literacy approach. *Studies in Higher Education*, vol. 23 Issue 2,

p. 157, 16p. 1998.

LILLIS, T.; SCOTT, M. Defining academic literacies research: issues of epistemology, ideology and strategy. *Journal of Applied Linguistics*, 4(1) p. 5-2, 2007.

LIMA-HERNANDES, M. C. *et al.* As relações entre linguagem e cognição: uma história da interação humana. In.: DEFENDI, C.L.; VICENTE, R.B.; MARÇALO, M.J. (Orgs). *Linguagem, cognição e interações*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020.

LOPES, M. A institucionalização do curso de licenciatura em Letras-Libras no Brasil: língua, sujeitos e sentidos. *Línguas e instrumentos linguísticos*, n. 42. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8661564/23131>. Acesso em: 23 out. 2021.

QUADROS, R. *Educação de Surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R. M. de. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. *Revista Ponto de Vista*, UFSC, n. 5, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1246>. Acesso em: 09 nov. 2021.

RIBEIRO, T. Ouvintismo estrutural e exclusão social da pessoa surda. *Diversa Educação Inclusiva na Prática*, 2021. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/ouvintismo-estrutural-e-exclusao-social-da-pessoa-surda/>. Acesso em: 06 jan. 2022.

RODRIGUES, C. H. Reflexões sobre o processo de ensino/aprendizagem em turmas de surdos e com surdos. In.: SILVA, I.R.; SILVA, M.P.M. *Letramento na Diversidade: surdos aprendendo a ler/escrever*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2018.

SANSÃO, Welbert Vinícius de Souza; CRUZ-SANTOS, Anabela. A visualidade na educação de surdos: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Educação*, v. 16, n. 1, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/con ta/Downloads/4328-14858-1-PB.pdf>. Acesso em: 04 set. 2021.

SILVA, I. R.; KUMADA, K. M. O.; AMADO, B. C. Libras, português e ciências para surdos: reflexões necessárias para uma prática escolar bilíngue. In.: SILVA, I.R.; SILVA, M.P.M. *Letramento na Diversidade: surdos aprendendo a ler/escrever*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2018.

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

STREET, B. Os Novos Estudos sobre o Letramento: histórico e perspectivas. In: MARINHO, M.; CARVALHO, G.T. (Orgs). *Cultura Escrita e Letramento*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 33-53